



TRF3 Notícias

JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Informativo de setembro de 2012

São Paulo — Edição Nº 52 / 2012

TRF3 INAUGURA CENTRAL DE CONCILIAÇÃO EM CAMPO GRANDE, GUARULHOS E S. J. DOS CAMPOS



Campo Grande



Guarulhos



São José dos Campos

No dia 2 de agosto, o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, inaugurou, em Campo Grande, a 1ª Central de Conciliação do Estado de Mato Grosso do Sul. Em Guarulhos, o setor foi inaugurado no dia 27 de julho e em São José dos Campos, a Central foi instalada no final do mês de junho.

Págs. 3 a 8

Meio Ambiente

Entidades públicas e privadas se reúnem para planejar ações ambientais

Pág. 9

Apoio aos gabinetes

Novo setor irá agilizar julgamento de processos

Pág. 12

INSTITUCIONAL

Presidente Newton De Lucca recebe ministro da Justiça

Reunião tratou de maior integração entre o Poder Executivo e o Judiciário

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador federal Newton De Lucca, recebeu no dia 27 de julho o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. “A razão da minha visita se deve primeiro a amizade pessoal que tenho com o presidente Newton De Lucca, professor renomado de quem eu sou admirador há muitos anos. Em segundo lugar, para dizer a este Tribunal que o Ministério da Justiça está inteiramente aberto a receber sugestões e opiniões que possam contribuir com o nosso trabalho”, explicou o ministro da Justiça.

O presidente do TRF3 afirmou que a visita institucional é importante, sobretudo para maior integração entre o Poder Judiciário e o Executivo. “Essa integração existe hoje, mas aquém do que seria efetivamente desejável. Eu fiquei muito feliz com essa visita, pois todos os assuntos que pudemos conversar frutificaram admiravelmente”, elogiou o presidente.

Durante o encontro, o presidente manifestou o desejo de apresentar um conjunto de sugestões ao Ministério da Justiça: “O ministro pediu que eu encaminhasse por ofício algumas das ideias tratadas, para que ele possa implementá-las o mais rápido possível”, ressaltou o presidente. O ministro agradeceu as sugestões: “O Ministério da Justiça tem todo interesse em receber contribuições deste órgão jurisdicional, exatamente para que possamos aperfeiçoar nosso trabalho e contar com ideias boas, de qualidade, para que possamos agir no exercício das nossas competências”.



Presidente Newton De Lucca recebe no Gabinete da Presidência, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo

Também acompanhou a visita o professor Fábio Ulhoa Coelho, que se disse testemunha de um encontro muito profícuo. “A integração do Poder Executivo e o Judiciário é algo que esteve na pauta do encontro e muitas perspectivas foram abertas em torno desse assunto. Eu, como professor de Direito, pude testemunhar o quanto se pode avançar para o bem do país com essa integração”, afirmou.

Ana Carolina Minorello

CONCILIAÇÃO

São José dos Campos recebe Central de Conciliação

Novo setor irá agilizar a tramitação dos processos da Justiça Federal no Vale do Paraíba



Descerramento da placa de instalação da Central



Presidente Newton De Lucca na solenidade

Com o objetivo de proporcionar soluções mais rápidas para os processos em andamento na 3ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Newton De Lucca, instalou no final do mês de junho, a Central de Conciliação em São José dos Campos. A cidade é a sexta no Estado a contar com o serviço. São Paulo, Campinas, Presidente Prudente, Santos e Ribeirão Preto foram as primeiras a receber o setor de conciliação.

Para o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, a instalação de mais uma central representa uma vitória para a Justiça Federal da 3ª Região. “Com a conciliação eliminamos o lado belicoso que não traz benefí-



Autoridades presentes na cerimônia de instalação da Central de Conciliação em São José dos Campos

cio para a sociedade. Em segundo lugar, ela proporciona uma economia de tempo, papel, energia e outras coisas, em benefício do lado social”, afirmou. Segundo o magistrado, trazer a conciliação mais próxima do jurisdicionado é um dever moral do Judiciário.

A coordenadora do programa de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Daldice Santana, também participou da solenidade. Para ela quem ganha com a instalação de mais uma central é a população. “O jurisdicionado irá ter

um contato pessoal e direto com o juiz coordenador, facilitando o entendimento sobre sua demanda. Ao invés de só o advogado falar, o cidadão também terá a possibilidade de conversar com o juiz sobre o seu questionamento”, explica a magistrada.

A desembargadora acredita que a criação do setor também irá diminuir o grau de litigiosidade. “Obtida a conciliação, não haverá recurso, não haverá embargos à execução e muito menos ação rescisória”, completa.

O juiz federal Renato Barth Pires, diretor da 3ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, vê a instalação da Central de Conciliação em São José dos Campos como uma conquista para a cidade. Para o magistrado, a conciliação é uma forma de resolução de conflito em que todas as par-



Desembargadora federal Daldice Santana, coordenadora do Gabinete da Conciliação da 3ª Região, juízes federais Roberta Chiari e Renato Barth Pires e o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca

tes saem satisfeitas. “A conciliação é uma forma melhor, mais rápida e eficiente de se conseguir justiça. Estamos acostumados a sentenciar os processos. A sentença muitas vezes resolve o processo, mas, em alguns casos, deixa o sentimento de que a justiça não foi feita”, opina o juiz.

“A Central de Conciliação funcionará, permanentemente, com o objetivo de marcar audiências de conciliação de uma forma mais periódica, e não só em mutirões, como acontecia antes”, destaca a juíza federal Roberta Monza Chiari, coordenadora da Central de Conciliação da Subseção de São José dos Campos.

O prefeito Eduardo Cury acredita que a população e a Justiça ganham com a instalação do setor em São José dos Campos. “A conciliação vai permitir que grande parte da população tenha acesso à justiça de uma forma muito mais rápida e irá levar justiça social às pessoas que têm menos informação. Com isso, grande parte dos processos não chegará às instâncias finais, gerando grande economia à Justiça”.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá destacou que o setor permitirá que vários processos, há tempo sem solução, possam encontrar um desfecho. “Amenizar as difi-

culdades de quem já se encontra em uma idade avançada é extremamente importante”, disse.

Fizeram parte da frente de honra na solenidade a coordenadora do Programa de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região, desembargadora federal Daldice Santana; o diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, juiz federal Ciro Brandani Fonseca, o diretor da 3ª Subseção Judiciária do Estado de São Paulo, Renato Barth Pires, o deputado federal Arnaldo Faria de Sá, representando a Câmara dos Deputados, a juíza federal Roberta Monza Chiari, coordenadora da Central de Conciliação da Subse-

ção de São José dos Campos, o advogado Arlei Rodrigues, conselheiro da OAB-SP; o advogado Júlio Aparecido Costa Rocha, presidente da OAB da Subseção de São José dos Campos; Ademir Kronemberger Júnior, gerente executivo do INSS; e Ângelo José Pegolo, gerente-geral da Caixa em São José dos Campos, entre outras autoridades.

Em São José dos Campos, a Central de Conciliação está localizada no Fórum da Justiça Federal, na Rua Dr. Tertuliano Delphim Junior, nº 522.

Veja o vídeo

[Wellington Campos](#)



Fórum da Justiça Federal em São José dos Campos onde a Central de Conciliação foi instalada

CONCILIAÇÃO

Central de Conciliação é inaugurada na Justiça Federal de Guarulhos

Setor será responsável por promover conciliações processuais e pré-processuais

No dia 27 de julho, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região inaugurou a Central de Conciliação da Subseção Judiciária de Guarulhos, que está localizada no Fórum Federal de Guarulhos, na Avenida Salgado Filho, 2050 – Jardim Maia, e atenderá também as cidades de Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Poá e Santa Isabel.

A vice-presidente do TRF3, desembargadora federal Salette Nascimento, que representou o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, durante a solenidade, falou da importância da Central de Conciliação: “A importância social é enorme, principalmente no que tange às causas previdenciárias, financiamentos da casa própria, execuções fiscais, entre outras. Eu fico muito contente ao ver que em pouco tempo o Tribunal vem implementando essas Centrais de Conciliação, com muito sucesso. Conciliar é legal e é necessário, está dando certo e é muito gratificante”, afirma a vice-presidente.

A coordenadora do Gabinete da Conciliação, desembargadora federal Daldice Santana, explica como funciona o setor: “A Central de Conciliação é um setor da Justiça Federal no qual as pessoas poderão livremente formular



Autoridades presentes na solenidade de instalação da Central de Conciliação em Guarulhos

um pedido de conciliação com qualquer demanda da Justiça Federal, ajuizada ou não, porque vai funcionar também a seção pré-processual quanto àqueles litígios que não se formalizaram na justiça, prevenindo o processo”, afirmou.

A Central de Conciliação conta com uma sala de audiências exclusiva, um corpo de conciliadores treinados e já possui audiências agendadas. No calendário constam semanas de conciliação em processos de execução fiscal do Conselho Regional de Contabilidade; ações contra o INSS com pedido de benefícios por incapacidade e, ainda, audiências de conciliação sobre desapropriações da Infraero no entorno do Aeroporto de Cumbica.

O responsável pela Central de Conciliação de Guarulhos

é o juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida. Durante a solenidade, ele falou sobre o significado da conciliação: “Ser parte em uma conciliação não significa puramente ceder, abrir mão de algo; assim como ser conciliador não significa fazer o papel do ‘deixa disso’. Participar de uma conciliação é, acima de tudo, fazer parte do processo decisório. É dialogar, e, dialogando, lembrar do que realmente se quer fora do processo, do que é de fato importante na vida real”, ressaltou o juiz.

Fizeram parte da frente de honra durante a solenidade a vice-presidente do TRF3, desembargadora federal Salette Nascimento, representando a Presidência da Corte; o secretário adjunto da Assessoria Jurídica de Guarulhos, Jorge Luiz Carniti, representando

a Prefeitura do Município; a coordenadora do Gabinete da Conciliação do TRF3, desembargadora federal Daldice Santana; a juíza federal Marisa Vasconcelos, vice-diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo; o juiz federal Renato Toniasso, diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul; o juiz federal Tiago Bologna Dias, diretor da Subseção Judiciária de Guarulhos, em exercício; o juiz federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, coordenador da Central de Conciliação de Guarulhos; o presidente da OAB de Guarulhos, Fabio de Souza Santos; e o superintendente regional da Caixa Econômica Federal, Adriano Borges Resende.

Veja o vídeo

[Ana Carolina Minorello](#)



Desembargadora federal Daldice Santana, coordenadora do Gabinete da Conciliação da 3ª Região; Descerramento da placa de instalação da Central em Guarulhos

Semana Nacional de Conciliação será em novembro

A VII edição da Semana Nacional de Conciliação, realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais brasileiros, está programada para acontecer este ano de 7 a 14 de novembro. A novidade da Semana de Conciliação de 2012 está em sua duração: diferentemente das outras seis edições, que duravam os cinco dias úteis da semana, este ano o evento contará com um final de semana.

A Semana Nacional de Conciliação é um esforço

concentrado que o Judiciário promove, desde 2006, por meio de mutirões de audiências de conciliação em todo o País. No ano passado, os cinco dias de realização dos mutirões possibilitaram mais de 168 mil acordos, resultando na movimentação de valores próximos a R\$ 1 bilhão.

Esforço concentrado – As seis edições anteriores da Semana totalizaram em 750 mil processos finalizados, três milhões de pessoas pacificadas, além de R\$ 4,6 bilhões movimentados. “Esse

aumento de dias de trabalho durante o esforço concentrado foi estabelecido com o intuito de ampliar o número de acordos. É uma experiência nova e veremos se dará ou não resultado. A intenção é propiciar mais oportunidades aos cidadãos que não podem participar dos mutirões durante os dias da semana”, afirmou o coordenador do Comitê Gestor do Movimento Conciliar é Legal, conselheiro José Roberto Neves Amorim.

Com informações do CNJ

CONCILIAÇÃO

TRF3 instala 1ª Central de Conciliação em Mato Grosso do Sul

Unidade em Campo Grande é a primeira da 3ª Região instalada em uma instituição de ensino

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), desembargador federal Newton De Lucca, instalou no dia 2 de agosto a Central de Conciliação de Campo Grande na 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, a primeira do Estado e da Terceira Região instalada em uma universidade.

A ideia da conciliação é solucionar de maneira mais célere litígios por meio do diálogo entre as partes na presença de um juiz que funciona como mediador desse contato. Assim que as partes entram em acordo, o pacto é homologado pelo juiz e passa a ter força de lei entre as partes, evitando a entrada de recursos.

A Central de Campo Grande é fruto de trabalho conjunto entre a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, o Gabinete da Conciliação e o TRF3 em parceria inédita com a Universidade Anhanguera-Uniderp. Esta é a primeira unidade de conciliação instalada em uma instituição de ensino no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. O atendimento será realizado por servidores treinados, estudantes e conciliadores voluntários em convênio com a Universidade.



Autoridades descerram placa de instalação da Central de Conciliação em Campo Grande

Para o presidente do TRF3, Newton de Lucca, o pioneirismo é de grande relevância para a prestação da Justiça Federal, unindo o trabalho da unidade acadêmica ao serviço público. “Tenho informação que essa parceria é inédita em nível nacional e é uma alegria

gadora federal Daldice Santana, destacou o fato de instalar a unidade fora da estrutura da Justiça e na formação dos estudantes-conciliadores, que podem estar em contato direto com os assuntos tratados pela Justiça Federal e com acompanhamento de juízes e professores.

“O importante é devolver às partes o poder de decisão. O ato de conciliação não precisa ser realizado na presença de advogados e não há despesas para elas”, acrescentou a magistrada.

“O pioneirismo é de grande relevância para a prestação da Justiça Federal, unindo o trabalho da unidade acadêmica ao serviço público”.

Presidente Newton De Lucca

ter uma universidade particular que tenha preocupação com a educação social, com a formação social”, disse.

A coordenadora do Gabinete da Conciliação, desembar-

Coordenação

A central de Campo Grande será coordenada pela juíza federal Ana Lya Ferraz da

Gama Ferreira e terá como adjunto o juiz federal Paulo Sergio Ribeiro. “O objetivo é difundir a conciliação, aproximar as partes envolvidas para que atuem com maior influência na decisão judicial. E também ajudar na formação dos estudantes de Direito para que saiam da faculdade com a cultura da conciliação”, justificou a magistrada.

O diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, juiz federal Renato Toniasso, também enfatizou a importância da formação dos estudantes. “Um acordo celebrado na central de conciliação é melhor que um longo litígio na Justiça. E também estamos treinando estudantes e voluntários na formação de futuros advogados”, disse.

A reitora da Universidade Anhanguera-Uniderp, Leocádia Aglaé Petry Leme, agradeceu ao Tribunal pela instalação da central no campus da instituição. “O aluno está se preparando para realizar o seu sonho, que é se formar em Direito, e assumir compromisso como grande cidadão”, acrescentou a docente.

A central de Campo Grande começou a funcionar uma semana antes da sua inauguração oficial. Além das ações que tratam de contratos de financiamento da construção ou aquisição da casa própria, a central de conciliação promoverá audiências sobre temas de competência federal, entre elas questões cíveis, ambientais, fiscais, previdenciárias e outras nas quais a lei permita a solução pacífica, como Fies (financiamento estudantil) e ações que envolvam os conselhos de classes profissionais.



Presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca discursando durante a solenidade de instalação da Central de Conciliação; Prédio da Universidade onde o serviço será prestado

Presença

A solenidade de instalação da Central de Campo Grande contou, também, com as seguintes presenças, além de autoridades locais: desembargador federal Roberto Haddad, desembargador federal Luiz Stefanini, desembargador estadual Romero Osme Dias Lopes, juiz Amauri Kuklinski (representando a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul), procurador da República Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira, Leonardo Avelino Duarte (Presidente da OAB Seção Mato Grosso do Sul), professor Ivo

Arcângelo Vendrusculo Busato (procurador da Universidade Anhanguera-Uniderp), Paulo Cesar Neves de Matos (representando a Superintendência da Caixa Econômica Federal) e Eugen Smarandesco Filho (Diretor da Emgea).

Local

A Central de Conciliação de Campo Grande funciona na sede da Universidade Anhanguera-Uniderp, localizada na rua Ceará, 333, no bairro Miguel Couto.

Veja o vídeo

Edmilson Gomes

SUSTENTABILIDADE

TRF3 promove diálogo sobre questões ambientais

Diversas entidades públicas e privadas formarão grupos de trabalho para planejar ações em prol do meio ambiente

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região reuniu, no dia 9 de agosto, membros de diversas entidades públicas e privadas para a assinatura do “Protocolo Interinstitucional de Planejamento e Ações Integradas”, em continuidade ao evento “Judiciário Federal Brasileiro e a Rio + 20: Diálogos Interinstitucionais e Experiências Inovadoras”, realizado por ocasião da Conferência “Rio + 20”.

De acordo com o protocolo, foram formados dois grupos de trabalho, um com o viés de combate à biopirataria e ao tráfico de animais e plantas silvestres, e outro com o enfoque na criação de cadeias econômicas sustentáveis, especialmente em relação à exploração florestal, minerária e de recursos genéticos (fármacos e cosméticos). O objetivo desses grupos é elaborar um planejamento e ações estratégicas interinstitucionais em favor do meio ambiente, visando inclusive influenciar a legislação.

Segundo a desembargadora federal Consuelo Yoshida, representante do TRF3 na Rio+20, esses assuntos são importantes pois “nós não temos uma legislação ambiental adequada. Não temos combate efetivo à biopirataria. Lidamos muitas vezes com casos pequenos sendo que as grandes quadrilhas internacionais não são atingidas. Então, se não houver uma integração dos vários ór-



Autoridades presentes na cerimônia de assinatura do “Protocolo Interinstitucional de Planejamento e Ações Integradas”

gãos, nacionais e internacionais, e de várias esferas da sociedade, não haverá um combate eficiente aos crimes ambientais”.

Para ela, “com esse evento, o TRF3 passa a ser um fórum qualificado de interlocução entre as diversas instituições para que elas encontrem uma forma de dialogar fora dos processos”, afirmou.

O presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, também ressaltou a importância desse encontro: “Eu acho muito importante para o Tribunal promover um evento dessa natureza e mostrar que o Poder Judiciário não está alheio às preocupações fundamentais com o meio ambiente. O meio ambiente sustentável é um dever não apenas do Poder Público, mas de todo cidadão brasileiro”.

O evento contou também com a presença da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que destacou:

“O modelo concebido nesse protocolo foi muito correto sob o ponto de vista de metas e divisão de trabalho. Podemos esperar resultados muito bons”. Sobre a Rio+20, a ministra opinou: “Para o Brasil a Rio+20 teve importância fundamental, porque chamou a atenção dos brasileiros, dos órgãos públicos para as questões ambientais, ou seja, nós do planeta Terra temos de considerar o meio ambiente como algo que deve preservar a vida no planeta dos nossos filhos e dos nossos netos”.

Também participaram da frente de honra, a vice-presidente do TRF3, desembargadora federal Salette Nascimento, e os desembargadores federais Roberto Haddad, Marli Ferreira, Daldice Santana e Vera Jucovsky.

Veja o vídeo

[Ana Carolina Minorello](#)

RECONHECIMENTO

Aeronáutica homenageia presidente do TRF3 com medalha Santos Dumont

Criada em 1956, a premiação é voltada para personalidades civis e militares que prestam serviços à Força Aérea Brasileira

O presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, foi homenageado no dia 20 de julho no IV Comando Aéreo Regional com a Medalha Mérito Santos-Dumont, em comemoração 139º aniversário do Marechal-do-Ar Alberto Santos Dumont, patrono da Aeronáutica.

“Confesso que fazia muito tempo que eu não recebia uma homenagem assim, que faz justiça com um dos maiores brasileiros de todos os tempos, Santos Dumont, que honra não só o nosso País como toda a humanidade. Eu estou feliz de receber essa homenagem e faço isso em nome de todo o Tribunal”, agradece o presidente Newton De Lucca.

A Medalha Mérito Santos Dumont, criada pelo Decreto nº 39.905, de 5 de setembro de 1956, destina-se a premiar as personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado destacados serviços à Força Aérea Brasileira, e àqueles que, por suas qualidades ou valor em relação à Aeronáutica, forem julgados merecedores dessa comenda.

Segundo o Major Brigadeiro do Ar, José Geraldo Ferreira Malta, Comandante do IV Comando Aéreo Regional, “a medalha homenageia todos aqueles que pelo seu trabalho, pelo seu esforço e pela sua atenção com a Força Aérea nos prestam apoio. O objetivo é honrar San-



Fotos: Ana Carolina Minorello



Presidente Newton De Lucca recebe medalha Santos Dumont no IV Comando Aéreo Regional da Aeronáutica

tos Dumont pelo seu trabalho e homenagear os amigos da Força Aérea”.

Para o presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, “a medalha representa o amálgama dessa amizade que existe entre

as nossas instituições. De um lado a Força Aérea Brasileira e do outro lado a Justiça Federal brasileira”.

Veja o vídeo

Ana Carolina Minorello

NOTAS

Plenário elege novo membro para compor órgão especial

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região elegeu no dia 13 de agosto, em Sessão Plenária Extraordinária Administrativa, a desembargadora federal Marisa Santos para compor o Órgão Especial, com mandato de dois anos, em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora federal Suzana de Camargo Gomes.

Foram designados como suplentes os desembargadores federais: Nelton dos Santos (1º suplente), Johonsom Di Salvo (2º suplente), Luiz Stefanini (3º suplente) e Cotrim Guimarães (4º suplente).

Tribunal implanta sistema de carga eletrônica de autos

O TRF3 está implementando um novo sistema de carga eletrônica de autos, semelhante àquele em uso na Justiça Federal de primeiro grau, objetivando aprimorar o relacionamento com os advogados de toda a 3ª Região, que engloba São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Nesse novo sistema, advogados e estagiários informarão os dados do escritório – endereço, telefone e e-mail – apenas no primeiro atendimento realizado, em balcão, em qualquer uma das Subsecretarias de Turmas ou Seções do TRF3. Os dados serão armazenados no sistema de acompanhamento processual, de modo a serem reaproveitados nos próximos atendimentos, tornando mais prático e célere o procedimento de retirada dos processos.

Na hipótese de carga de autos com prazo expirado, o sistema de acompanhamento processual enviará um e-mail informativo solicitando a pertinente devolução dos autos, não possuindo natureza jurídica de intimação.

Súmulas do TRF3 têm nova página de apresentação

A Divisão de Jurisprudência do Tribunal reformulou a página de Súmulas com o objetivo de facilitar o acesso aos enunciados por parte de magistrados, servidores e advogados.

Agora os enunciados estão dispostos em uma única página, o que torna mais fácil a leitura de todas as 35 Súmulas já editadas, com os detalhes (precedentes, fonte, publicações etc.) acessíveis ao se clicar nos respectivos números, e com duas opções de impressão: ordens numéricas crescente e decrescente.

Para pesquisar as Súmulas no portal do Tribunal, o interessado deve acessar o endereço eletrônico <http://www.trf3.jus.br> e clicar no banner da JURISPRUDÊNCIA (à direita no vídeo). Na página da Pesquisa Temática de Jurisprudência, entrar no submenu “Súmulas do TRF3”.

Ainda há outra opção de acesso através do menu principal à esquerda do portal, clicando-se em “Infor. Processuais” e depois no item “Súmulas”.

INSTITUCIONAL

Assessoria de apoio aos gabinetes irá agilizar julgamento de processos

Secretaria de Processamento Geral da Presidência foi transformada e terá novas atribuições

No dia 20 de julho tomou posse a servidora Susel Cristine Requena no cargo de assessora do novo setor criado pelo presidente do TRF3, desembargador federal Newton De Lucca.

O setor denominado Assessoria de Apoio aos Gabinetes substituirá a Secretaria de Processamento Geral da Presidência (SPRO), mas com atribuições totalmente novas e estarão à frente dos trabalhos as juízas federais Eliana Borges de Mello Marcelo e Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri.

O desembargador federal Newton De Lucca compareceu ao início dos trabalhos da Assessoria de Apoio aos Gabinetes, que ele denominou extra oficialmente de Núcleo de Excelência. “Todos vocês foram escolhidos a dedo”, afirmou o presidente em seu discurso aos servidores do setor e completou: “Eu sei que o setor se chamará Assessoria de Apoio aos Gabinetes, mas informalmente eu o chamo de Núcleo de Excelência. É diverso do que existia no passado com as Turmas Suplementares, diverso do mutirão Judiciário em Dia, a única coisa em comum é que existe a ideia de se trabalhar e com afinco, mas com uma filosofia diferente, de se preservar a qualidade. Produzirá quantidade compatível com um tipo de qualidade e excelência que



Presidente Newton De Lucca visita a Assessoria de Apoio aos Gabinetes, setor que irá substituir a Secretaria de Processamento Geral da Presidência

o nosso Tribunal, como maior Tribunal Regional Federal do país, deve manter. Com as juízas federais Eliana Borges e Márcia Hoffmann vamos atingir nossos objetivos. A Assessoria de Apoio ao Gabinete terá caráter permanente”.

A juíza federal Eliana Borges ressaltou: “Estou muito animada e sempre disposta aos desafios que me são impostos. Eu acredito que a ideia, além de inovadora, é muito eficaz para que os processos sejam julgados a tempo”. Ela explicou como os trabalhos funcionarão: “A assessoria se dará individualmente aos gabinetes. Acabando o trabalho daquele gabinete será chamado outro gabinete e os processos serão julgados de acordo com a antiguidade. Será um apoio para o julgamento daqueles processos mais antigos”.

A assessora Susel Requena ressaltou que o trabalho é inovador e terá critérios objetivos, como por exemplo, a antiguidade dos processos. “Realmente é um setor que ajudará a desafogar um pouco, porque é complicado aumentar o gabinete que, no entanto, continua com um só desembargador. Porém, este setor é uma forma de assessorar os gabinetes de forma mais completa”.

Os trabalhos se iniciarão com dois tipos de matéria: previdenciária e tributária. “Vamos começar com um previdenciário e um tributário. Começaremos pelos Gabinetes dos desembargadores federais Walter do Amaral e Regina Costa”, explicou a assessora.

Veja o vídeo

Ester Laruccia

PRÓ-SOCIAL

TRF3 promove curso “Francês para viagem”

Em oito encontros é possível aprender diálogos necessários para uma visita à França



Magistradas e servidoras participam do curso “Francês para viagem”

Uma parceria entre a Divisão do Pró-Social – DPRO e a servidora Cláudia Cortez Dias resultou num curso rápido de língua francesa, cujo foco é a aprendizagem de expressões essenciais para uma viagem. A experiência do convênio é pioneira e, em oito encontros, os participantes aprendem diálogos simples e básicos para serem utilizados na prática.

Em 24 de maio, no Centro de Convivência do Tribunal, começaram as aulas da primeira turma. O grupo, composto por magistrados e servidores, conta com mais de 20 alunos. As exposições têm uma dinâmica que inclui conversações,

além da utilização de recursos audiovisuais. As reuniões são realizadas às quintas-feiras, das 9h15 às 10h30.

A instrutora Cláudia Cortez explica que o conteúdo é baseado no Livro “15 minutos de Francês”, da Publifolha e a pessoa aprende como pedir refeições, consultar um médico, solicitar informações, deslocar-se de um ponto a outro, exprimir gostos, ir ao correio, ao banco, reservar um quarto, falar ao telefone: “somente coisas úteis”, diz.

Com ênfase na prática, a iniciativa foi apoiada pela desembargadora federal Cecília Marcondes, que participa das aulas. “É muito interessan-

te, porque é exatamente disso que as pessoas precisam quando viajam, não há necessidade de um conhecimento muito grande da literatura.”

Cláudia começou a ministrar aulas de francês no Tribunal em 1994, na Escola de Magistrados (Emag), e para servidores em 2007. A ideia de fazer um curso rápido surgiu após constatar que muitos dos alunos iniciavam o treinamento, mas não conseguiam dar continuidade.

“O curso rápido é a oportunidade que encontrei de ter um contato inicial com a língua e, quem sabe, adquirir motivação para me aprofundar”, diz a servidora Célia Tomimura, que faz parte da turma.

A vontade de aprender um pouco mais sobre outro idioma e poder se comunicar numa viagem foi o motivo que levou a servidora Daniela de Campos Roza a participar do grupo. Outra vantagem apontada é a de não perder tempo com deslocamento: “fazer o curso no próprio local de trabalho facilita bastante”.

Mônica Gifoli

TREINAMENTO

Agentes de segurança fazem curso de atualização profissional

Treinamento faz parte do programa anual de reciclagem e prepara os servidores para situações que podem ser vivenciadas nas suas atividades de segurança

Cento e dezenove servidores do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) concluíram no mês de julho o módulo intermediário do “Programa Anual de Reciclagem para Agentes de Segurança”. O objetivo é aperfeiçoar os conhecimentos individuais adquiridos no módulo básico, uniformizando a atuação desses funcionários que integram os diversos setores do tribunal.

O treinamento atende também à Lei 11.416/06, às exigências e aos objetivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinam a atualização profissional anual dos técnicos judiciário com especialidade em Segurança e Transporte. Além disso, o curso procura manter os agentes de segurança preparados para atuarem em situações que envolvam a proteção de autoridades e transporte de processos.

Segundo o diretor da Secretaria de Segurança Institucional (SSEG), Geraldo Costa de Vasconcelos Filho, o objetivo do curso está sendo alcançado. “É importante manter os agentes de segurança preparados para atuarem diante de demandas específicas, as quais não permitem hesitação. Para isso, sempre procuramos

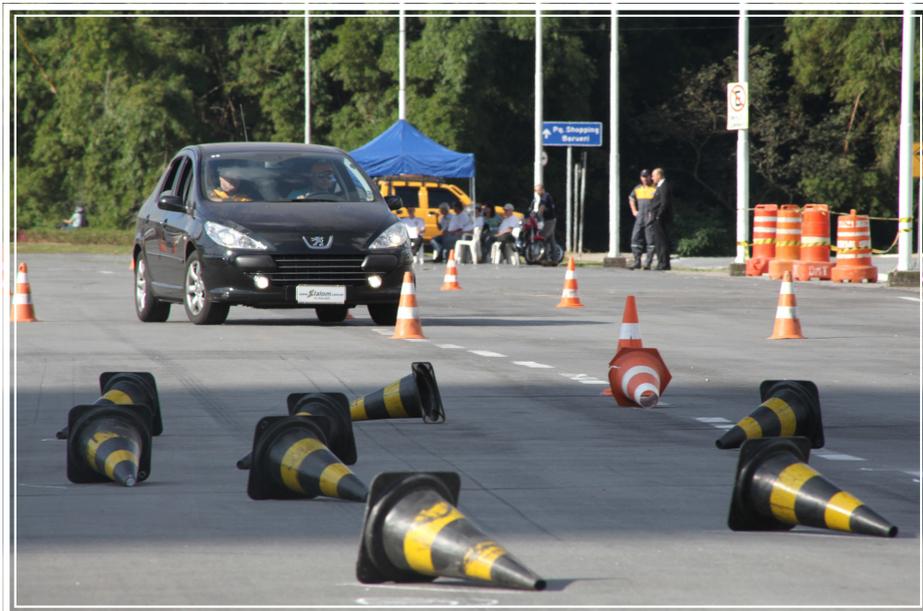


Agentes de segurança do TRF3 participam de treinamento em Barueri

aperfeiçoar os treinamentos e adaptá-los à nossa realidade”, afirma.

O curso de reciclagem é ministrado por empresa especializada na formação e capacita-

ção de profissionais da área. O programa é desenvolvido em três módulos: básico, intermediário e avançado. A etapa concluída recentemente foi a intermediária. Ela foi dividida



Reação às tentativas de ataque e situações simuladas de bloqueios foram temas da parte prática do treinamento

em parte teórica e parte prática, com um total de 30 horas/aula.

Para o funcionário da empresa especializada e coordenador do treinamento, Paulo Ramalho, a reciclagem proporciona aos profissionais da área de segurança o exercício de suas atribuições de modo correto e seguro. “A ideia é torná-los aptos a evitar e a reagir a situações de perigo, atendendo com qualidade e com profissionalismo as autoridades a que servem”, justificou.

Os agentes de segurança José Antonio Casal e Fernando Correia Lins Junior avaliam como necessária a periodicidade anual do treinamento. Técnicas como direção

defensiva e fuga de situações de risco são imprescindíveis à atividade dos agentes.

“Temos que estar sempre bem preparados para fazeremos as escoltas de autoridades. Dirigimos muito e por longos percursos e necessitamos da reciclagem profissional que nos proporcione execução de manobras e nos alerte para situações de perigo que podemos encontrar no nosso trabalho”, diz José Antonio Casal.

Treinamento

A parte teórica do módulo intermediário foi ministrada no TRF3 e contou com 21 horas/aula. Foram abordados os temas: segurança patrimonial;

segurança de autoridades; uso progressivo de força; técnicas operacionais; direção defensiva, ofensiva e evasiva; formas atuais de agir dos criminosos e as maneiras de preveni-las; check-list da autoridade; legislação específica de atualização do agente, com enfoque nas áreas cível, penal e administrativa.

O conteúdo da parte prática foi desenvolvido em 9 horas/aula em área externa no município de Barueri. Os assuntos ministrados foram: identificação de situações de risco e reação às tentativas de ataques nos deslocamentos à pé; embarques e desembarques; situações simuladas de bloqueio, evasão, confronto e assaltos; primeiros socorros e emergências médicas; acidente de trânsito e ferimento à bala; apresentação e realização de exercícios práticos com veículo à baixa e média velocidades, dentre outros o *slalom*, frenagem, rotas de fuga, desvios, cavalos-de-pau à frente e à ré; simulação de casos reais de ataques, sequestros e outras abordagens de criminosos, utilizando-se arma de *paint ball* e outros dispositivos.

Edmilson Gomes





A convidada da coluna bate-papo desta edição tomou posse no TRF em junho de 2008. Aqui, já trabalhou na 1ª Turma e na Secretaria de Processamento Geral da Presidência. Antes de ingressar no Tribunal, atuou como dentista durante 15 anos e também trabalhou por um ano no Tribunal de Justiça de MG, em Belo Horizonte, sua cidade natal.

NOME – Adriana Armond de Carvalho

IDADE: 46 anos

ONDE TRABALHA – Assessoria de Apoio aos Gabinetes - ASAG

FORMAÇÃO – Odontologia, concluído em 1991 e atualmente, cursando o 4º semestre de Direito no Mackenzie

LIVRO PREDILETO – Difícil escolher um livro predileto. Mas tenho carinho especial por *Dom Casmurro*, de Machado de Assis

FILME A QUE ASSISTI – *A cor púrpura*, de Steven Spielberg. Inesquecível, emocionante e sempre atual

MÚSICA QUE MARCOU – Para prestigiar a minha terra, Minas Gerais, qualquer uma do Skank

COMIDA DE QUE GOSTO – Arroz, feijão, carne moída e salada de tomate

FAMÍLIA – Junto com os meus amigos, minha família é tudo o que eu mais prezo e amo na vida

LAZER NO FIM DE SEMANA – Cinema, jantar com os amigos, andar de bicicleta no Ibirapuera

O MELHOR RESTAURANTE DA PAULISTA – Pátio da Luz

UM LUGAR EM SÃO PAULO – Parque do Ibirapuera

SE EU NÃO FOSSE SERVIDOR – Seria professora

UM SONHO – Atualmente, meu sonho é concluir meu curso de Direito

INSTITUCIONAL

Programa e revista Via Legal vencem prêmio nacional de comunicação e justiça

Há dez anos no ar, o programa é realizado pelo Centro de Produção da Justiça Federal em parceria com os TRFs

O programa de TV “Via Legal” e a revista “Via Legal”, ambos produzidos pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) em parceria com os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) do País, venceram o 10º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. O primeiro na categoria “programa de TV nacional” e o segundo na categoria “revista”. O Prêmio é concedido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça e foi entregue durante o encerramento do VIII Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom 2012), no dia 29 de junho, em Fortaleza.

O programa Via Legal (www.vialegal.cjf.jus.br), que completou dez anos no ar em agosto, é realizado pelo Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS), coordenado pelo CJF, em Brasília. Trata-se de

uma revista eletrônica semanal que reúne matérias feitas nas cinco regiões da Justiça Federal (JF), com sedes em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Com linguagem simples e clara, transmite ao público em

fruto da mesma parceria que leva ao ar a versão televisiva. O periódico pode ser lido também pela Internet, em <http://www.jf.jus.br/cjf/comunicacao-social/informativos/revista-via-legal>.

Com informações do CJF



EXPEDIENTE

Edição:
Hélio Cesário Martins Jr.
Assessor de Comunicação

Reportagem:
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andréa Moraes, Edmilson Gomes, Ester Laruccia, Mônica Gifoli, Wellington Campos

Revisão:
Ana Cristina Eiras e Andréa Moraes

Fotografia:
Ana Carolina Minorello, Edmilson Gomes, João Fábio Kairuz, Wellington Campos

Editoração:
Wellington Campos

ANO V / Número 52 / 2012

Realização:
Assessoria de Comunicação Social do TRF3
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul
10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO